

O DRAMA IUGOSLAVO

IDENTIDADE: IDÉIAS PRECONCEBIDAS, MANIPULAÇÕES POLÍTICAS E FALSIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Ivan Ivekovic

Tradução do inglês: Clarice Cohn

RESUMO

Neste artigo o autor reflete sobre a situação recente nos Bálcãs, criticando as interpretações de que os conflitos lá verificados se devem a uma "reemergência" de identidades étnicas e nacionais mutuamente excludentes e sufocadas durante o período comunista. Alternativamente, propõe que essas identidades sejam vistas como uma construção social submetida a manipulações políticas, analisando as condições que a propiciaram.

Palavras-chave: Bálcãs; identidades; etnicidade; nacionalismo.

SUMMARY

Focusing on recent events in the Balkans, this article criticizes interpretations holding that the reemergence" of mutually exclusive ethnic and national identities, which had remained submerged during the Communist period, are the primary cause underlying the conflicts in that region. As an alternative, the author suggests that these identities must be considered as social constructs subject to political manipulation, providing an analysis of the conditions surrounding their origins.

Keywords: Balkans; identity; ethnicity; nationalism.

O drama da modernização, primeiro, e depois a crescente crise econômica e social que culminou com a desintegração violenta da Iugoslávia foram experiências traumáticas. Num período de apenas duas ou três gerações, nosso ambiente físico, social, político e internacional foi transformado a ponto de se tornar irreconhecível, e hoje nos encontramos em um palco em movimento, lutando desesperadamente por equilíbrio, tentando compreender o caos que nos envolve e nos adaptar às novas realidades. Indivíduos, grupos sociais e segmentos inteiros de uma população etnicamente misturada se sentiram ameaçados em sua existência e tiveram que redefinir suas identidades sociais.

Neste ensaio, tento esclarecer o conceito de "identidade", esquematizar a "crise de identidade" que foi/é concomitante ao drama iugoslavo e descrever brevemente o senso comum, as manipulações políticas e as falsificações históricas relativas à "identidade nacional" e ao "conflito étnico".

Problemas de identidade e de lealdades cambiantes

O termo "identidade nacional" foi incorporado à linguagem cotidiana e à análise acadêmica, mas não há, infelizmente, uma resposta abrangente e conclusiva para a questão: o que é a identidade? Parece que o conceito foi usado pela primeira vez, no sentido de "identidade psicológica", por Erik Erikson (1960; Roazen, 1976), um pós-freudiano que reunificou sob esse termo o *eu* que os psicanalistas haviam fragmentado em ego, super-ego, id, relações objetais e assim por diante. Ele argumentava que a identidade de uma pessoa se desenvolve durante seu ciclo de vida ou pode degenerar, como na negação de identidade ou na identidade difusa. De acordo com Erikson, identidade se define como uma relação entre o *eu* e os *outros*; ela "conota tanto a persistente semelhança consigo mesmo de um *eu* (auto-identidade) como o compartilhar persistente de algum tipo de caráter essencial com *outros* (Erikson, 1960, p. 60). Sem querer entrar no debate da psicanálise, quero apenas salientar que o termo foi imediatamente adotado pelos behavioristas, que o incorporaram à antropologia, à sociologia, à ciência política e a disciplinas congêneres. Uma vez estabelecido, tornou-se uma categoria proeminentemente sociopolítica, e deve ser tratado como tal. Identidades genética, filosófica ou culturalmente determinadas e estáticas pertencem ao domínio do pensamento especulativo (*wishful thinking*). Os marxistas diriam que, qualquer que seja o significado dado à "identidade", ela pertence à "superestrutura social", que é um reflexo mais ou menos deformado da realidade material. Além disso, todos nós somos portadores de identidades múltiplas e superpostas que compõem nossas consciências e que, de um modo geral, não se excluem mutuamente, embora possamos arranjá-las e rearranjá-las em diferentes ordens hierárquicas. Essas hierarquias se relacionam com a percepção do caráter cambiante, compósito e freqüentemente contraditório de nossos interesses materiais, de poder e/ou de *status*. Tendo isso em mente, podemos falar de nossas identidades de gênero, de classe, de casta, nacional, étnica, profissional, política, cultural, lingüística, religiosa e muitas outras. Como somos "animais sociais", cada uma dessas identidades é relativa também a um grupo ou comunidade específicos de interesse, que servem como referência positiva ou negativa. Estamos ligados ao grupo, classe ou comunidade com os quais nos identificamos e interagimos, em bases mais ou menos regulares, por lealdade, mas a coesão do grupo é mantida também por instituições sociais. Pode ser a família, o clã, a tribo, a corporação de ofício, a casta, o território, o estado-nação, a congregação religiosa, o partido político, o time de futebol e assim por diante, com os quais nos identificamos e aos quais somos mais ou menos leais, ou que, inversamente, percebemos como estranhos a nós. Às vezes essas lealdades entram em conflito em função de mudanças no meio social e político que afetam nossos interesses e percepções. Podemos falar então de um problema ou de uma crise de identidade. Lowell Dittmer e Samuel Kim (1993), descrevendo "a busca da China por uma identidade

nacional", argumentaram que "a identidade é um conjunto de traços que define a pessoa em termos de redes ou categorias de filiação e localização na corrente do tempo e da história humana" (p. 12). A vantagem dessa definição é que ela é não apenas suficientemente abstrata para agradar a todos, como também dinâmica, desafiando o senso comum de que a identidade nacional é imutável e transmitida de geração para geração. No entanto, essa definição é esquivada, porque desconsidera os interesses políticos, ideológicos, culturais e econômicos, os quais são variáveis oscilantes que deveriam ser incorporadas na explicação do conceito de identidade.

Sidney Verba (1971) e Lucian Pye (1971) relacionaram diretamente "identidade nacional" a estado-nação. De acordo com Verba, a identidade nacional é composta por aquela "parcela de indivíduos incluída nos processos de tomada de decisão do estado". No conceito desses autores, determinar a identidade nacional consiste em definir quem é incluído e quem é excluído das fronteiras nacionais, independentemente de como o estado escolha traçá-las. Essas fronteiras, sejam elas físicas/territoriais ou sociais, são determinadas arbitrariamente por um "estado soberano", conformando uma identidade precária por meio da força e da astúcia em um ambiente internacional competitivo. Do mesmo modo arbitrário, os "estados soberanos" determinam o critério de cidadania. Vimos como Eslovênia, Croácia e Macedônia se definiram primeiramente como estados étnicos a partir do grupo étnico majoritário e por fim reconheceram a existência de minorias nacionais, criando desta forma dois tipos de cidadãos — os de primeira classe, que pertencem à maioria étnica, e os de segunda classe, pertencentes a minorias. Dada a importância crucial das fronteiras, uma crise de identidade ocorre quando estas desaparecem ou são modificadas. Nos termos de Pye (1971):

No processo de desenvolvimento político uma crise de identidade ocorre quando uma comunidade descobre que aquilo que antes ela aceitava como definições físicas e psicológicas inquestionáveis de seu eu coletivo não é mais aceitável sob condições históricas novas. Para que o sistema político adquira um novo nível de funcionamento [...] é necessário que os seus participantes redefinam quem são e como se diferenciam de todos os outros sistemas políticos e sociais (pp. 110-111).

Pye identifica quatro "formas fundamentais" de crise de identidade nacional, baseadas em território, classe, etnicidade/nacionalidade e exclusividade histórica/cultural. No entanto, "identidade nacional", como explicada por Verba e Pye, não é a mera adição de identidades pessoais, nem "a maior e mais inclusiva megacoletividade", mas é definida tanto pelas dimensões/características do grupo social chamado "nação" quanto pela

subordinação do grupo a uma "autoridade soberana" que se apropria do direito de incluir/excluir. Isso significa que a inclusão na nação não é completamente voluntária: não depende exclusivamente dos sentimentos subjetivos do indivíduo, ou mesmo do subgrupo ao qual pertence, mas antes dos critérios de inclusão/exclusão fixados pela "autoridade". Complementando Verba e Pye, eu acrescentaria que essa autoridade não é necessariamente o estado-nação com seu monopólio legal da coerção, pois pode também ser uma "autoridade moral", como a Igreja ou uma congregação religiosa. De fato, antes da emergência dos estados modernos, "autoridades religiosas" criaram critérios rígidos de inclusão (e exclusão) de indivíduos em uma dada comunidade. O indivíduo praticamente não tinha possibilidade de escolha. Este é o ponto no qual o conceito de legitimação da autoridade de Weber se torna crucial. Como argumentou Verba (1971), "a identidade afeta diretamente a institucionalização da legitimidade, e a legitimidade, por sua vez, afeta a sua penetração" (p. 311). De qualquer modo, no antigo espaço iugoslavo, como em muitas regiões do mundo, a identidade religiosa precedeu a identidade nacional e foi um dos critérios para a posterior inclusão/exclusão étnica e diferenciação entre croatas, sérvios e eslavos muçulmanos. Nesse período, tal legado histórico da religião foi transformado e secularizado, mas deixou um forte resíduo que normalmente isola também ateus contemporâneos. Por exemplo, não é raro na Bósnia de hoje encontrar indivíduos que se dizem muçulmanos bósnios ou simplesmente bósnios e ateus sem experimentar qualquer contradição entre estas duas condições. Do mesmo modo, muitos intelectuais cristãos árabes enfatizaram — e Michel Afkakh, o fundador do partido Baa'th¹, foi talvez o mais proeminente entre eles — que pertencem a uma "civilização islâmica". Isso significa também que a "identidade nacional" pode ser construída sobre uma variedade de bases sobrepostas deixadas por memórias históricas e experiências coletivas passadas e retransmitidas, porém transformadas mediante o processo de socialização.

Identidades "nacionais" e/ou "histórico-culturais" são circunscritas por essas fronteiras, que podem coincidir mais ou menos com um "critério objetivo", tal como origem étnica, racial, lingüística e/ou religiosa comum; na prática, porém, essas fronteiras mudam, não de acordo com os sentimentos subjetivos e os desejos daqueles que são incluídos/excluídos, mas de acordo com a volubilidade dos constrangimentos políticos externos, tanto "nacionais" quanto internacionais. Isso significa que identidades "nacionais", "étnicas" ou "religiosas" não são categorias estáticas; são nebulosas e evoluem, sendo constituídas de bases distintas e superpostas, cujas fronteiras, tanto físicas quanto sociais, são continuamente construídas e reconstruídas. Não há nada de "natural" ou "divino" nessas fronteiras, uma vez que elas sempre foram convenções políticas precárias e instáveis, impostas a indivíduos e comunidades inteiras a partir de fora. Uma rápida revisão dos mapas de qualquer atlas da história mundial confirmaria que nos Bálcãs há poucas fronteiras de estado que não mudaram nos últimos cem anos. Meu pai nasceu no império austro-húngaro, eu no reino da Iugoslávia, meus dois filhos na

(1) Partido iraquiano que congregava organizações de apoio ao governo de Saddam Hussein e acabou por se tornar o próprio partido do governo (N. T.).

República Federal Socialista da Iugoslávia, e eu sou na realidade um cidadão croata vivendo temporariamente no Egito, mas não posso prever onde meus netos irão nascer e como vão se identificar. Essas são situações que foram/são impostas de fora à minha família, e houve/há pouco que pudemos/podemos fazer para influenciar o curso dos eventos políticos, exceto pelo fato de que cada um de nós teve/tem que se adaptar às novas circunstâncias redefinindo sua própria identidade social. Isso significa que nossa crise de identidade pessoal foi gerada por eventos exteriores a nós como indivíduos e à família ou ao grupo aos quais pensamos pertencer, por mudanças em nosso meio político e social. Não havia como nossos sentimentos subjetivos de filiação pudessem influenciar o arranjo político da "sociedade como um todo". Como foi posto de modo sucinto por Leonard Binder (1971), o problema da identidade resulta da "tensão entre o sentido cultural e psicologicamente determinado de identidade grupal pessoal e a definição política da comunidade [...]". A crise de identidade moderna surge, em parte, da insistência em fazer coincidir a identidade subjetiva e a identificação política objetiva" (pp. 53-54). Em outras palavras, identidade é um fenômeno essencialmente sociopolítico, e não cultural.

Os estados balcânicos que se sucederam uns aos outros emergiram das crises de legitimidade das formações estatais anteriores, de suas ordens sócio-econômicas e sistemas políticos e de suas ideologias dominantes impostas pelo estado. Na abordagem sistêmica de Jürgen Habermas (1973), as crises irrompem quando

indivíduos e grupos se confrontam repetidamente com demandas e pretensões que são, no longo termo, incompatíveis [...]. Enquanto a incompatibilidade de demandas e pretensões não for reconhecida pelos atores, o conflito permanecerá latente. Tais sistemas de ação fortemente integrados necessitam, é claro, de uma justificativa ideológica que encubra a distribuição assimétrica de oportunidades de satisfação legítima das necessidades (ou seja, repressão das necessidades). A comunicação entre os atores é então sistematicamente distorcida ou bloqueada. Sob condições de forte integração, as contradições não se apresentam como se dando entre as intenções declaradas de partidos hostis, e assim não se prestam a ações estratégicas. Ao contrário, elas assumem a forma ideológica de uma contradição entre as intenções que os sujeitos acreditam possuir e seus, por assim dizer, motivos inconscientes ou interesses fundamentais. Logo que a incompatibilidade se torne consciente, o conflito se torna manifesto, e interesses irreconciliáveis são reconhecidos como interesses antagônicos (p. 72).

Embora Habermas se refira ao conflito de classe, sua descrição pode ser aplicada também aos conflitos "étnico", "religioso" ou "comunitário", já

que eles pertencem todos à categoria dos "conflitos ideológicos" que mascaram contradições mais fundamentais de nossas sociedades divididas em classes.

Robert Cox (1995) sintetizou como e por que surgem novos estados, novas estruturas históricas e realidades políticas. Uma "estrutura histórica" ou uma "formação social" historicamente produzidas são um quadro de uma configuração particular de forças que nada tem a ver com a visão pueril de uma entidade estatal imutável e eterna, de uma comunidade etnonacional e/ou religiosa. Em seus termos,

esta configuração não determina a ação de modo direto ou mecânico, mas impõe pressões e constrangimentos. Indivíduos e grupos podem se conduzir segundo essas pressões ou resistir e se opor a elas, mas não podem ignorá-las. À medida que resistem com sucesso a uma estrutura histórica anterior, eles assentam sua ação em uma configuração de forças alternativa e emergente, uma estrutura rival.

Ou, eu adicionaria, em um estado e/ou uma comunidade alternativamente redefinidos. Essas novas comunidades e/ou estados alternativos podem ter origem em novas percepções da realidade e dos recursos disponíveis, ou do mundo ao redor, ou daquela parcela do mundo que se impõe sobre os indivíduos que se descobrem em um ambiente que subitamente se lhes apresenta como restritivo. A percepção subjetiva da escassez de recursos talvez seja decisiva.

Essa imagem, compartilhada por muitos — argumentou Robert Cox (1995) —, define para eles a realidade; e é porque pensam a realidade do mesmo modo que suas ações e palavras tendem a reproduzir essa realidade. Essas realidades recebem diversos nomes— estado, família, mercado de trabalho etc. Não importa se as aprovamos ou não. Elas constituem o mundo em que vivemos. São parâmetros para nossa existência. Saber que elas estão lá significa saber que outras pessoas agirão como se elas estivessem lá, mesmo que nenhuma dessas entidades tenha existência física. Não há uma separação clara entre objetividade ("mundo exterior") e subjetividade ("mundo interior"). A ontologia que define o "mundo real", o mundo das realidades não-físicas que conformam nossa existência, é sustentada por significados subjetivos derivados de muitos anos de experiência coletiva (p. 35).

Ou, formulando de modo mais simples, tanto a antiga União Soviética como a antiga Iugoslávia, assim como nossos novos estados-nações, foram/são construções históricas precárias, criações históricas que provêm respostas a

certas condições que não são imutáveis, embora cada uma delas possa ser glorificada como o tipo ideal (ou "natural") de aparelho estatal e/ou comunidade, ou inversamente vilipendiada como uma "construção artificial" ou uma "prisão dos povos". É importante sublinhar, ao lado de Cox, que essas construções históricas geram novas contradições e novos focos de conflito que levam à sua transformação posterior, a qual pode destituir novamente as estruturas dominantes anteriores, mantendo algumas de suas características e transformando outras.

Todos os estados se assentam sobre uma combinação de coerção "legítima", consentimento e obediência. A ideologia política daqueles que detêm a autoridade é o principal instrumento para a disseminação e a "fabricação de consentimento". A fabricação de consentimento foi facilitada pela revolução da comunicação, e os atuais meios de comunicação de massa podem "vender" um projeto, um programa ou uma ideologia política como qualquer outro produto de consumo de massa. Se ela for suficientemente bem sucedida e ganhar o apoio de um segmento importante da população, pode-se então falar de uma ideologia dominante que construiu um consenso social, estabelecendo sua própria legitimidade. O processo de fabricação e imposição de uma nova fórmula de legitimação e o processo de deslegitimação da fórmula anterior são concomitantes. O primeiro é imposto "de cima", mas tem que ganhar suficiente apoio de massa, enquanto o segundo é em geral iniciado espontaneamente "de baixo", erodindo gradativamente a autoridade da elite governante e abrindo espaço para um projeto ideológico alternativo formulado por uma contra-elite. Na antiga Iugoslávia, diferentes projetos etnonacionalistas, disseminados por ideologias nacionalistas, ganharam terreno a medida que a surrada fórmula comunista de legitimação ia sendo abandonada. Assim, a lealdade de segmentos inteiros da população reorientou-se para projetos políticos etnonacionalistas mutuamente excludentes, e nas primeiras eleições plurais o eleitorado se distribuiu por facções que apoiavam partidos nacionalistas. Uma vez no controle de várias repúblicas, esses partidos se utilizaram da coerção estatal para construir instituições que posteriormente iriam consolidar suas bases étnicas separadas, promovidas então a estados-nações. Novas leis e Constituições fixaram os critérios de inclusão/exclusão na cidadania recém-definida.

O colapso das federações soviética e iugoslava pode ser interpretado também como uma consequência de problemas sistêmicos não resolvidos por esses dois estados. Os novos estados que os substituíram impuseram "de cima" uma nova fórmula de integração social, baseada na inclusão/exclusão étnica forçada. Resta saber o quanto a nova fórmula de legitimação etnocêntrica usada pelas novas autoridades terá sucesso. A transição de uma formação estatal a outra, anteriormente descrita, afeta diretamente as identidades individuais e coletivas. Nos termos de Habermas (1973), uma crise de legitimidade "é diretamente uma crise de identidade" (p. 46). De modo similar, Ernst Gellner (1984) afirmou que o nacionalismo "é uma teoria de legitimação política que requer que as fronteiras étnicas não

atravessem as políticas" (p. 1). Mais cautelosamente, admitindo que problemas de identidade e de legitimidade são relacionados e em muitos aspectos se sobrepõem, Pye advertiu que uma resolução satisfatória da crise de identidade pode não levar à solução da crise de legitimidade. De fato, em toda a Europa do Leste e no antigo espaço soviético testemunhamos recentemente uma maciça e agressiva reafirmação de identidades étnicas estanques, embora esse "ressurgimento" não tenha resolvido a questão da legitimidade de nossos regimes recém-estabelecidos, que permanece problemática a despeito das sucessivas eleições e plebiscitos. Pye (1971) definiu a crise de legitimidade "como um colapso na estrutura constitucional e na atuação do governo que surge das diferenças sobre a natureza mesma da autoridade" (p. 136). Ele relacionou a erupção paralela das crises de identidade e legitimidade à crise de uma dada cultura política, um tema que necessitaria elaboração adicional, o que está além do alcance deste ensaio. É interessante notar que quanto mais a fórmula de legitimação é questionada e desafiada, mais agressiva e vociferante ela se torna. Dankwart Rustow (1967) se surpreendeu com o fato de que

o discurso sobre a nação tem sido mais enfático onde o sentido de nacionalidade se manteve mais fraco — entre os alemães e italianos no século XIX e entre os árabes, asiáticos e africanos no século XX, mais do que entre ingleses, franceses e japoneses (p. 22).

Ele lembrou também que

propostas para a redefinição da identidade nacional são formuladas mais ardentemente por membros marginais da nação, indivíduos que estiveram sob uma Fremdheitserlebnis (a experiência de ser um estrangeiro), que têm razões para questionar e assim reafirmar vigorosamente sua identidade pessoal no interior de uma nação (p. 161).

Seria útil recordar aqui que Napoleão nasceu na Córsega, e não na França continental; Hitler nasceu na Áustria, e não na Alemanha; Stalin era georgiano, e não russo; tanto Milosevic quanto Karadzic são montenegrinos, e não sérvios; e o próprio sobrenome de Tadjman indica que seus ancestrais eram estrangeiros.

Concluindo essas breves notas sobre o conceito de identidade, eu concordaria por certo com Dennis Goulet (1992), para quem "homens e mulheres modernos deverão reconhecer que são portadores de sistemas de identidades e lealdades múltiplos, parciais e sobrepostos, e não de um único sistema por meio do qual possam afirmar sua fidelidade total" (p. 473).

O drama iugoslavo e a crise de identidade

Em 1931, 76% da população economicamente ativa da Iugoslávia era ainda rural, proporção que caiu para 20% em 1981. No mesmo período, a participação do setor secundário na renda nacional cresceu de 17% a 44%, e a taxa de analfabetismo caiu de 30% a 8% (*Statisticki...*, 1988). O rápido processo de transição de uma sociedade agrária a semi-industrial pelo qual o país passou no último meio século, o que é a duração de não mais que duas gerações, desenraizou brutalmente segmentos inteiros da população de seu hábitat natural e mudou radicalmente seus modos tradicionais de vida. Eles foram jogados em ambientes físicos e sociais, tanto dentro quanto fora do país, que eram amiúde sentidos como estranhos ou mesmo hostis. As comunidades camponesas das quais partiram e com que mantiveram laços familiares e de solidariedade foram socialmente mutiladas, enquanto os habitantes dos centros urbanos para os quais migraram os percebiam freqüentemente como estrangeiros que poluíam suas cidades. Vilas tornaram-se cidades grandes, enquanto regiões inteiras perderam sua população ou ficaram reduzidas a um contingente de velhos, mulheres e crianças. Por outro lado, algumas regiões atrasadas — e Kossovo é um exemplo típico — enfrentaram o problema de superpopulação causado pela explosão demográfica de albaneses étnicos. Surgiu um proletariado semi-urbano/semi-rural que não pertencia mais ao campo e era rejeitado pela cidade. Esse jogo de números demográficos mudou o caráter tanto das comunidades de chegada quanto das de partida, o que foi tolerado enquanto o espantoso movimento de expansão industrial pôde sustentar o crescimento populacional. Quando o crescimento econômico chegou a seu limite, a emigração para a Europa ocidental ofereceu uma válvula de escape temporária para a absorção da mão-de-obra excedente. No entanto, isso também alcançou um limite. As remessas de dinheiro dos *Gastarbeiter*², assim como a disponibilidade de créditos estrangeiros, deram à *nomenklatura* comunista a oportunidade de estabelecer uma paz social doméstica temporária e de adiar as necessárias reformas econômicas e políticas. A mesma *nomenklatura* se apropriou dos projetos de autogestão dos trabalhadores e utilizou-os para diluir a incipiente insatisfação política e social. Isso funcionou por um tempo, mas quando as portas de emigração para o exterior se fecharam e o pagamento das dívidas foi posto em pauta, os chefões da República, profundamente conservadores, lançaram-se desenfreadamente à apropriação dos reduzidos recursos coletivos. Isso foi chamado de *dogovorna ekonomija*, ou economia negociada, que funcionou enquanto Tito permaneceu em cena para arbitrar conflitos entre os chefões competidores. Com sua morte, em 1980, sucederam-no *apparatchiks* obtusos e desnorteados que apenas lutavam para continuar nadando, protegidos pelo carisma de seu patrono morto. Foi a "política de Tito sem Tito", mas que já não funcionava como antes.

Entrementes, as frustrações do povo se acumulavam: gerações jovens instruídas não conseguiam emprego e não podiam emigrar; uma onda de

(2) Literalmente, "trabalhadores hóspedes". Refere-se ao modo pelo qual os alemães denominam os trabalhadores imigrantes em seu país. A tradução dos termos em alemão desta e das próximas notas devo a Gabriel Cohn, a quem agradeço (N. T.).

retorno dos emigrantes contribuiu com novas pressões sobre os recursos escassos; tentativas superficiais de reforma da economia e de torná-la mais eficiente liberaram mais mão-de-obra; as greves tomaram-se comuns e ganharam dimensão étnica em Kossovo. Intensificou-se tremendamente a competição por emprego, habitação, créditos, linhas telefônicas e qualquer tipo de benefício fornecido pelo partido-estado. A sociedade iugoslava começou a se rachar em suas frações étnicas. Parecia que todos tinham motivo para insatisfação, enquanto as expectativas do iugoslavo médio, que já havia provado alguns frutos da sociedade de consumo, aumentavam. A crescente crise social, produto inevitável do processo unidimensional de modernização comunista, tomou, ao lado da economia arrasada, imediata dimensão política.

Enfrentando o peso de uma dívida externa que ultrapassou rapidamente US\$ 20 bilhões, o partido-estado central impôs na década de 70 medidas austeras, congelando salários, racionando a distribuição de combustível e cortando o suprimento de energia elétrica. Como dinheiro e créditos se tornaram escassos, muitas empresas deixaram de pagar suas contas e o governo central impôs uma espécie de sistema interno de compensação que abriu caminho para transações financeiras informais. As autoridades das repúblicas e das duas regiões autônomas, que haviam conquistado durante esse período um grande espaço de manobra para a administração de suas economias, fecharam os olhos para essas transações, ou mesmo favoreceram-nas. Diante de panes tecnológicas setoriais que se multiplicavam, forçaram o partido-estado central a imprimir dinheiro adicional, para que pudessem apagar o incêndio nos seus quintais.

Desemprego, inflação e caos financeiro alcançavam patamares alarmantes quando o grupo de Milosevic na Sérvia começou a explorar a insatisfação social e a mobilizar o apoio nas ruas para pressionar e se possível derrubar o partido-estado central. Ele preparou sua "revolução antiburocrática", que solapou definitivamente o que restava da "economia negociada" e do abalado consenso entre os chefões da República. As falanges de Milosevic derrubaram sem dificuldade os chefões de Kossovo e Voivodínia e suprimiram a autonomia administrativa dessas duas províncias. Tiveram sucesso também em Montenegro, mas encontraram forte resistência em outras repúblicas, especialmente na Eslovênia e na Croácia, onde o agressivo projeto de Milosevic, a "Grande Sérvia", provocou reações defensivas. Para reforçar sua fraca legitimidade, as *nomenklaturas* comunistas eslovenas e croatas tentaram mobilizar o apoio popular abrindo caminho para o pluralismo político. Na primeira eleição livre nessas duas repúblicas, os projetos nacionalistas do Demos (partido político da Eslovênia) e da União Democrática Croata (HDZ) conquistaram o apoio dos eleitorados locais e as duas repúblicas se dirigiram rapidamente à independência. Enquanto isso, o primeiro ministro da Federação, Markovic, tentou promover um programa de reformas de mercado, que foi imediatamente boicotado por Sérvia e Eslovênia. Quando os eslovenos proclamaram sua soberania, o exército federal organizou uma operação militar desastrosa contra a

República, que por fim fracassou. O exército acabou por ser dissolvido, mas quase simultaneamente uma rebelião, promovida por prepostos de Milosevic, tomou as zonas rurais habitadas por sérvios étnicos, amedrontados pela retórica ultranacionalista e pelos primeiros movimentos políticos das autoridades da HDZ. Pequenos embates evoluíram para uma miniguerra, durante a qual o exército federal, supostamente neutro, foi depurado de elementos não-sérvios e sustentou uma guerra de agressão que culminou com a destruição da cidade de Vukovar e com o ataque a Dubrovnik. A comunidade internacional serviu de mediadora e por fim uma trégua precária foi negociada, porém mais de 20% do território republicano permaneceu sob o controle sérvio. Depois disso, o epicentro do conflito foi transferido para a Bósnia, onde na primeira eleição pluralista o eleitorado se dividiu por linhas étnicas. Os três partidos nacionalistas — SDA, muçulmano, SDS, sérvio, e HDZ, croata — chegaram a formar um governo de coalizão para marginalizar partidos não-étnicos de origem comunista. Assim que tiveram sucesso, a coalizão se rompeu: os prepostos de Milosevic usaram a mesma estratégia utilizada na Croácia e proclamaram a República Sérvia da Bósnia-Herzegovina, com o objetivo de se unir à Sérvia; o SDA e a HDZ juntaram forças e organizaram um referendo para a independência da Bósnia, o que deu início à guerra que se desenrolou violentamente pelos três anos seguintes, com todas as atrocidades que conhecemos. Enquanto isso, o exército dominado pelos sérvios evacuou a Macedônia e ela também se juntou à onda da independência. A República Socialista Federativa da Iugoslávia se decompôs efetivamente em cinco estados distintos: Eslovênia, Croácia e Bósnia (os muçulmanos dominando o governo de Sarajevo) foram admitidas na ONU, enquanto a entrada da Macedônia foi atrasada pelas objeções gregas quanto a seu nome e constituição; Sérvia e Montenegro, que neste ínterim formaram uma República Federal da Iugoslávia remanescente, foram instruídas a se recandidatar, como todas as outras. Finalmente, a Macedônia foi admitida na ONU sob o estranho nome de Antiga República Iugoslava da Macedônia. De modo um tanto paradoxal, em meio a todo esse turbilhão, a guerra aberta foi evitada em Kosovo, em função principalmente do impressionante autocontrole da população albanesa, que recorreu à resistência pacífica.

O destino da guerra tanto na Croácia quanto na Bósnia mudou. Em uma *blitzkrieg* em duas etapas contra zonas controladas por sérvios, o exército croata, reorganizado, recuperou muitos dos territórios perdidos quatro anos antes. O exército sérvio na Bósnia foi finalmente neutralizado quando os americanos se decidiram a mostrar seus músculos e as forças croatas e muçulmanas ganharam territórios previamente controlados pela República Sérvia da Bósnia-Herzegovina. O epílogo é conhecido: a administração americana forçou Tudjman e Izetbegovic a cessar as hostilidades, unir suas forças e concluir uma aliança com o propósito de estabelecer uma Bósnia federativa; os Estados Unidos impuseram a paz às três partes, em Dayton, e Tudjman e Izetbegovic foram forçados a apertar mãos com Milosevic; finalmente, Belgrado reconheceu a independência da Macedô-

nia; Zagreb e Belgrado e, posteriormente, Sarajevo e Belgrado "normalizam" suas relações, reconhecendo-se mutuamente no interior das fronteiras herdadas da antiga Iugoslávia. O *status quo ante* foi restaurado, mas a que terrível custo!

Estima-se que em torno de 200.000 a 250.000 pessoas, na maioria civis, foram mortas durante os conflitos. Para cada morto houve pelo menos dois ou três feridos. Possivelmente, cerca de 40.000 mulheres foram violentadas. Pelo menos três milhões de pessoas foram internamente deslocadas pela guerra e pelas políticas de limpeza étnica e de opressão praticadas por todas as partes. Talvez perto de um milhão de pessoas em idade ativa emigraram do espaço iugoslavo, buscando segurança e uma nova vida no exterior. Muitas empresas e instituições científicas em todos os estados que sucederam a antiga Iugoslávia ficaram desprovidas de pessoal qualificado. Regiões inteiras da Bósnia e Herzegovina, assim como da Croácia, foram despovoadas. Não está claro como uma perda de capital humano de tais proporções possa ser recuperada. Cidades inteiras e centenas de povoados foram destruídos ou sistematicamente devastados, e sua reconstrução demandará décadas. A infra-estrutura econômica bósnia foi completamente destruída, enquanto as economias da Croácia e da Sérvia foram prejudicadas pelo esforço de guerra. Esta última sofreu também sob sanções internacionais. Embora a Eslovênia e a Macedônia tenham sido poupadas da destruição da guerra, suas economias foram separadas do antigo mercado iugoslavo, o que complicou sua situação econômica e o processo de transição pós-comunista. No todo, um terrível desperdício, que poderia ter sido evitado por uma maior sabedoria política de atores tanto locais quanto externos. Em termos de PIB *per capita*, se a paz for mantida e se as lideranças se concentrarem de agora em diante na recuperação econômica e em melhorias (o que duvido que aconteça), e não na preparação de novas guerras, o espaço iugoslavo central — o triângulo sérvio-croata-bósnio — necessitará de no mínimo cinquenta anos para alcançar o nível médio de riqueza *per capita* que tinha em 1989.

Idéias preconcebidas, manipulações políticas e falsificações históricas

A afirmação simplista de que o comunismo "suprimiu a identidade nacional" e a crença correspondente, de que um nacionalismo profundamente soterrado está "reemergindo" do passado distante como uma espécie de "vingança histórica", não se sustentam. O rótulo jornalístico de "conflito étnico" desvia a atenção da historicidade específica dos acontecimentos atuais e do caráter político contemporâneo da relação entre identidade coletiva e autoridade política. Essa é uma generalização que pode ser aplicada aos massacres Hutu-Tutsi em Ruanda e no Burundi, à luta fratricida pelo poder no Afeganistão, à "violência comunitária" na Índia, ou mesmo às antigas guerras franco-germânicas, mas diz pouco sobre por que essas

identidades são mobilizadas politicamente para servir ao poder em alguns momentos ou em alguns lugares mas não em outros. Tentarei responder a essa questão no fim deste ensaio. Antes, porém, um elenco das idéias preconcebidas, das manipulações políticas e das falsificações históricas que obscurecem o problema da identidade nacional e do "conflito étnico" poderá nos auxiliar a prosseguir nessa direção. Dividi tal elenco em quatro categorias abrangentes e freqüentemente superpostas: i) o viés conceitual, ii) o revisionismo histórico, iii) o determinismo cultural e iv) o viés da geopolítica e da manipulação, embora esteja ciente de que essa lista é mais extensa. Vejamos cada uma delas.

i) A ciência política clássica, ao analisar o epifenômeno político apenas em sua aparência, ignorando suas causas, menos evidentes, é incapaz de explicar a erupção contemporânea do etnonacionalismo e do conflito étnico. Concentrada no "grande evento" e em ações e discursos de "grandes atores", reduz o fenômeno previamente descrito à dimensão única de seu processo político, desconsiderando as dimensões econômica, social, cultural, psicológica e internacional da crise e o encadeamento de causa e efeito de ações e reações. Teorias realistas das relações internacionais, que geralmente permeiam tais abordagens unidimensionais e reduzem as relações internacionais àquelas entre estados e governos, guiados cada qual por seu próprio "interesse nacional" (concebido como estático) e tidos como agentes racionais, acrescentam pouco para nossa compreensão da desordem observada. Obnubilados por essas abordagens, os que dela compartilham não percebem que o manejo contemporâneo de conflitos e as perspectivas para sua resolução poderão no máximo apagar o incêndio sem eliminar suas causas. É necessária, alternativamente, ao menos para uma explicação compreensiva do conflito, uma abordagem multidisciplinar que leve em conta o fluir caótico, mas vagaroso, da história, que modifica constrangimentos geopolíticos e cria novas tendências econômicas globais, além do drama — social, psicológico e cultural — da modernização.

ii) Tomando o discurso etnonacionalista e suas reconstruções políticas do passado pelo que aparentam, vários acadêmicos bem-intencionados tornaram-se cúmplices de manipulações historicistas. O historicismo, ou revisionismo, histórico estabelece uma ligação aparentemente lógica entre passado, presente e futuro e parece fornecer aos processos políticos contemporâneos a profundidade histórica que lhes faltava. Seu objetivo é o de legitimar projetos etnonacionalistas contemporâneos dando-lhes uma dimensão temporal.

O pressuposto básico do historicismo é o de que comunidades étnicas têm suas origens e seu sentido localizados no tempo e possuem identidades e fronteiras imutáveis no espaço, em um mundo composto de comunidades análogas. A "revolução historicista", cujo início, na Europa, pode ser situado no terceiro quarto do século XVIII (e que chegou aos Bálcãs com um atraso de uns 100 a 150 anos, ou ainda mais), revivesceu "laços e sentimentos étnicos submersos", mas transformou seu papel e significado para servir a novos interesses econômicos, sociais e políticos; em outras palavras, para servir ao processo de

modernização iniciado por um novo *stratum* social, os *burghers*, os quais eram, eles mesmos, produto das contradições do feudalismo tardio. Essa classe comercial e manufatureira emergente adquiriu inicialmente poder econômico, mas não um *status* social adequado e direitos políticos. Ela teve que rejeitar o estado feudal absolutista e a legitimação divina deste, de modo análogo à "classe média" que foi o subproduto da modernização comunista do século XX e que acabou por rejeitar o partido-estado monopolista e seu projeto comunista holista. Em ambos os casos, a fórmula etnonacional, que era parte essencial da autoridade "legal-racional" do estado "científico" (weberiano) moderno, mobilizou politicamente um segmento da população e provou ser suficientemente efetiva para derrubar o anacrônico *Ancien Régime*.

Anthony Smith atribuiu o ressurgimento étnico às atividades dos intelectuais e profissionais cuja especialização é indispensável ao estado burocrático moderno, o qual, contudo, mantém esses especialistas em uma posição social e política subordinada. Ele pode estar correto, mas vimos na conceituação acima que as identidades são reconstruídas/construídas tanto a partir "de cima" quanto "de baixo". Parafraseando Smith — embora ele estivesse pensando em sociedades ocidentais e não nos recentes ressurgimentos étnicos nos Bálcãs —, podemos afirmar que os profissionais na folha de pagamento do partido-estado, ao identificar seu interesse privado com aquele de sua comunidade etnonacional e relacioná-lo à triste história da negligência e opressão comunistas, lograram mobilizar politicamente seus compatriotas e tomaram o poder na primeira eleição pluralista, afirmando falar por toda a coletividade étnica. Etnicidade se tornou, para eles, um meio de promoção política e social.

A comunidade étnica oferece não apenas a base para um sistema de status alternativo e um centro de poder para um stratum excluído, mas também uma solução para sua crise de identidade pela reavaliação de sua função e propósito. Isso porque os profissionais requerem um meio que recompense ao máximo sua educação e habilidades, e a comunidade étnica, vista como um "sujeito da história" e uma cultura histórica única, fornece esse meio. É aqui que a mensagem dos intelectuais historicistas é tão pertinente [...] não há um eu externo ao contexto da comunidade histórica, já que todos somos produtos de nossa própria história, e que essas histórias são proeminentemente comunais e étnicas. Tudo que há de real e verdadeiro no eu individual deriva do ethos e caráter distintivo da história da comunidade à qual o indivíduo pertence e da qual ele forma uma parte essencial (Smith, 1981, pp. 125-128).

Com uma operação intelectual desse tipo, os etnocratas balcânicos e os intelectuais e profissionais a seu serviço forneceram às (re)emergentes comunidades etnonacionais o sentimento de um enraizamento e uma

continuidade históricas, e deram legitimidade histórica a seu próprio projeto sociopolítico. Assim, puderam superar o estigma da novidade que está ligado a todo novo *stratum*.

Como acontece frequentemente em uma crise revolucionária, a maioria abraça a única alternativa ideológica disponível — a ideologia de um nacionalismo radical e exclusivo. Nas palavras de Marx:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce temporal e nessa linguagem emprestada³.

(3) Adotou-se a tradução publicada em: Marx, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956 (N. T.).

Essa é a razão pela qual, no vácuo ideológico que se criou pela deslegitimação do projeto comunista, o novo discurso adotado pelos etnocratas balcânicos ressuscitou e remodelou temas e mitos nacionalistas que remontam ao século XIX. Essa é a razão também para que essas patéticas entidades estatais étnicas, com sua aparência folclórica e seus símbolos do século XIX, possam parecer aos observadores externos como uma Silvânia de Tintin (Hergé, 1955).

Porém, como foi sublinhado por Smith, o historicismo não é, nesse sentido, uma espécie de pesquisa histórica desinteressada, nem uma busca de "leis da história" globais, embora ele possa recorrer a esta última. Seu objetivo é mais precisamente o de confirmar, mediante meticulosas investigações históricas, um projeto político etnonacional preestabelecido mas contemporâneo. A reconstrução e a revalorização "científica" do passado devem servir ao presente e ao futuro. A verossimilhança histórica — ao reescrever geografia, história, filologia, filosofia, artes e outros domínios "nacionais" da criatividade humana — deve provar tanto a continuidade histórica da comunidade etnonacional como a especificidade cultural de sua experiência nacional. Essa parece ser a maior preocupação dos regimes etnocratas balcânicos, cujos presidentes, governos, parlamentos, meios de comunicação de massa, instituições educacionais e culturais e intelectuais estão tremendamente ocupados em reescrever nossas histórias, reformar nossas línguas, "reabilitar" nossas culturas e valores nacionais, ou, em resumo, como disse Hobsbawm (1983), "inventar tradição". De fato, a história é reescrita e reconstruída para servir aos governantes presentes e legitimar seus projetos políticos contemporâneos. Nada de novo, já que os

comunistas fizeram o mesmo de um modo diferente. Eles também reivindicaram ter o monopólio da "verdade histórica" e da "fórmula científica" do progresso histórico. No entanto, à diferença dos projetos etnonacionalistas que se inspiram em um passado mítico e imaginário, eles seguiam uma visão imaginária de futuro, uma utopia que nunca se realizou.

Mas, como frisei em meu alerta inicial, o revisionismo histórico ou a imaginação política historicista podem também se voltar contra suas próprias manipulações, tornando-se prisioneiros de sua própria visão de mundo paroquial e míope e falhando em compreender o meio no qual lutam pela sobrevivência política. Confundidos por sua própria visão de mundo e confrontados com uma realidade objetiva que percebem como hostil, os manipuladores freqüentemente esperneiam e denunciam com veemência supostas conspirações mundiais contra sua nação. Infelizmente, em tais situações, em vez de admitir que há algo de errado com seus próprios conceitos, muitos dos manipuladores chegaram à conclusão de que a única opção que restava às suas pequenas nações seria continuar com a "luta pela sobrevivência" darwinista social. Evidentemente, percepções equivocadas da realidade levam inevitavelmente a políticas autodestrutivas que podem ter consequências catastróficas para a própria existência da nação que os manipuladores fingem defender.

iii) O viés culturalista é responsável por outro tipo de explicação equivocada da identidade nacional. Os defensores da diversidade cultural — e talvez Samuel Huntington (1993) seja o mais notório representante dessa escola de pensamento — afirmam essencialmente que há uma hierarquia imutável de "culturas" isoladas, supostamente definidas por seu nível de "civilização", o qual produz "éticas" distintas, características de grandes conjuntos de nações. No entanto, os nomes dessas culturas são derivados de sua filiação religiosa e portanto resultam, sobretudo, de diferentes éticas religiosas, se não das teologias correspondentes. Seguindo a trilha de Weber, Huntington e companhia tentaram nos persuadir de que a cultura judaico-cristã seria abençoada com uma suposta ética do trabalho protestante e portanto amante da paz e tolerante *par excellence*, o que não seria o caso das culturas islâmica, cristã oriental ou confuciana, as quais teriam predisposições inatas para a violência, o autoritarismo e o totalitarismo. O argumento segue no sentido de que apenas os países judaico-ocidentais-cristãos seriam realmente modernos, tecnologicamente avançados, industrializados e democráticos, ao passo que a democracia seria ainda um projeto incerto para o resto do mundo. Os japoneses, que não se ajustam a essa categorização, seriam uma espécie de ocidentais honoríficos. Argumenta-se que o perigo mais iminente para a civilização ocidental vem da cultura islâmica, a qual é associada com o fundamentalismo e o terrorismo e delineada por "fronteiras sangrentas" (Huntington, 1993, p. 35), ignorando-se o fato de que toda fronteira tem dois lados. Do outro lado, o cristianismo oriental seria ainda elusivo e algo bizantino, atrasado tecnologicamente e culturalmente, carente de instituições democráticas consolidadas, embora pudesse evoluir por fim na direção positiva.

O verdadeiro pesadelo do mundo ocidental viria de uma aliança anti-Ocidente, a qual reuniria islamismo e confucionismo, ou eventualmente confucionismo e cristianismo oriental, armados com toda sorte de equipamentos modernos e utilizando o terrorismo internacional para subverter as democracias ocidentais. Uma aliança entre o cristianismo oriental e o Islã seria menos provável em razão da incompatibilidade das duas culturas etc. A teoria, obviamente, é de um determinismo absurdo, estático e a-histórico, mas foi bem recebida por muitos agentes de poder ocidentais, os quais necessitavam desesperadamente de explicações simples para a desordem pós-Guerra Fria e, acima de tudo, de um novo e verossímil inimigo (ou inimigos) que pudesse justificar o ininterrupto investimento militar. Bastante relevante é o fato de que os nacionalistas sérvios e croatas nos Bálcãs e os nacionalistas armênios e georgianos na Transcaucásia imediatamente se apresentaram como voluntários para defender a civilização ocidental e servir de obstáculo às supostas ameaças islâmicas. É irônico que a teoria da incompatibilidade das diferentes culturas tenha sido muito bem recebida por aqueles no Terceiro Mundo que sustentam que a cultura ocidental é a principal ameaça à sua própria civilização e sua identidade nacional. Eles apenas rearranjaram os argumentos de Huntington e redirecionaram-nos contra o Ocidente.

Sem prosseguir nessa discussão, eu diria apenas que religião nada tem a ver com as recentes "guerras" étnicas na Iugoslávia, embora tanto religião como etnicidade tenham sido usadas e abusadas para legitimar projetos políticos mutuamente opostos. Todos os etnocratas balcânicos manipularam, com maior ou menor sucesso, os laços de sangue e de religião das pessoas cujos interesses eles fingiam defender. Igrejas oficiais e suas instituições associaram-se a tais projetos etnonacionalistas, embora isso não signifique que diferentes credos religiosos tenham sido a causa primeira dos conflitos ocorridos.

Assim também a diversidade étnica não é, em si, a causa para o conflito político. Além disso, ao menos no caso dos eslavos do Sul, a diversidade étnica pode ser reduzida ao que Freud chamava de "um narcisismo de diferenças mínimas". Fronteiras lingüísticas e culturais, que supostamente conformam e mantêm identidades nacionais isoladas, foram sempre constituídas e reconstituídas por fatores políticos que pouco têm a ver com algo "natural". Como uma análise genética recentemente provou, raças ou etnias "puras" não passam de ficção político-cultural (Cavalli-Sforza, 1995). As equações genéticas dos eslavos do Sul são praticamente idênticas, o que, no entanto, não basta para evitar crenças equivocadas em uma ancestralidade "étnica" distinta, ou na emergência e consolidação de coletividades e identidades nacionais separadas. Em outras palavras, essas comunidades historicamente constituídas tornaram-se realidades políticas, mas isso não significa que elas estivessem predeterminadas a viver em conflito. Cultura não é apenas um "modo de viver historicamente construído", como às vezes se afirma, mas um modo de convivência continuamente recriado e readaptado, em que diferentes combinações são possíveis,

produzindo diferentes tipos de consenso e identidades sociais que não são necessariamente excludentes entre si ou predeterminadas a "viver em conflito". Identidade étnica é apenas uma delas, e não é determinada por Deus, mas politicamente construída, tanto "de cima", pela elite manipuladora, como "de baixo", pela mobilização e/ou consentimento da massa. Trata-se de um processo evolutivo que não consiste apenas em continuidades e na acumulação de experiências similares, pois é também marcado por descontinuidades dramáticas, o que é um tema que as teorias tradicionais de socialização menosprezam. Por cerca de quarenta anos, a Iugoslávia comunista foi um país notadamente estável, no qual a paz étnica foi mantida e no qual, gradativamente, com a crise econômica galopante e a competição pela redistribuição de recursos escassos, tensões étnicas emergiram até se tornarem insuportáveis, transformando a "cultura da paz" anterior em uma "cultura da violência". Frustrações e medos acumulados, ao lado de campanhas agressivas disseminando o terror e o ódio étnico contra o "outro", o diferente, resultaram no colapso das comunicações interétnicas e do espaço cultural comum. Crises como a que estamos presenciando hoje nos Bálcãs tiveram sempre uma dimensão cultural. Portanto, podemos dizer que o momento de transição contemporâneo é caracterizado pela violência política, a qual não tem somente uma dimensão política ou econômica, mas também um significado sociocultural. Não é uma primordial contenda de sangue ou uma vendeta étnica por mazelas passadas eternamente repetidas, derrotas ou genocídios infligidos pela "nação inimiga", e sim uma forma política criada e remodelada que pode usar símbolos ideológicos do século XIX e uma velha retórica nacionalista, mas que é essencialmente um conjunto de fenômenos contemporâneos. Em outras palavras, acredito que a "cultura da violência" que levou às recentes guerras iugoslavas foi um projeto político deliberado, deflagrado "de cima", por uma manipulação da elite, e incorporado "de baixo", por imensos segmentos da massa frustrada. Votando democraticamente em partidos nacionalistas que defendiam projetos etnonacionalistas mutuamente excludentes, eles não apenas obtiveram a liderança que desejavam e talvez merecessem, mas sobretudo votaram pela guerra. Não é algo que seja transmitido geneticamente de geração a geração, nem aprendido por meio do processo de socialização da criança. Rejeito categoricamente a idéia de que algumas culturas, ligadas a grupos etnonacionais específicos, reproduzam geneticamente a violência, enquanto outras, abençoadas pelas culturas políticas mais sofisticadas de tipo ocidental, supostamente reproduzam virtudes cívicas. No entanto, acredito que configurações conflituosas de forças sociais e políticas específicas, moldadas por mudanças ambientais, econômicas e demográficas, possam conduzir à violência política e que, combinadas a contribuições exógenas (as quais foram significativas no caso iugoslavo), possam criar algo que podemos qualificar condicionalmente como uma "cultura da violência" temporária.

Outra abordagem enviesada provém de uma mistura da geopolítica com a escola da diversidade cultural, de acordo com a qual certas

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict. *Imaged communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1993.
- Binder, Leonard. "The crises of political development". In: Binder, Leonard (org.). *Crises and sequences of political development*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- Cavalli-Sforza, Luca, Menozzi, Paolo e Piazza, Alberto (orgs.). *The history and geography of human genes*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- Cox, Robert W. "Critical political economy". In: Hettne, Björn e outros. *International political economy. Understanding global disorder*. Halifax: Fernwood Publishing, London: Zed Books, 1995.
- Dittmer, Lowell e Kim, Samuel S. "The search for a theory of national identity". In: *China's quest for national identity*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993.
- Erikson, Erik. "The problem of identity". In: Stein, Maurice e outros. *Identity and anxiety*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1960.
- Gellner, Ernst. *Nations and nationalism*. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1984.
- Goulet, Dennis. "Development: Creator or destroyer of values". *World Development*, 20(3), 1992.
- Habermas, Jürgen. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon, 1973.
- Hergé. *Les aventures de Tintin: Le sceptre d'Otto*. Bruxelas: Casterman, 1955.
- Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence (orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- Huntington, Samuel. "The clash of civilization". *Foreign Affairs*, summer 1993.
- Jaksic, Bozidar. "Invitations letters for the International Conference 'Frontiers — The Challenge of Interculturality'". Belgrado, 30 de maio a 1º de junho de 1996.
- Morgenthau, H. J. *Politics among nations: The struggle for power and peace*. 5ª ed. New York: Knopf, 1978.
- Pye, Lucian. "Identity and national culture". In: Binder, Leonard (org.). *Crises and sequences of political development*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

características geográficas e ambientais reproduzem uma psicologia coletiva ou uma cultura específicas. É uma psicologia do solo, da zona fronteiriça, de uma espécie de "Oeste selvagem" mais ou menos permanente na periferia oriental da Europa, onde diferentes culturas, religiões e modos de vida guerreiam desde o princípio da civilização. Caímos de novo na "cultura da violência", pela qual a cultura é predeterminada pela localização geopolítica dos Bálcãs. A afirmação seguinte ilustra tal visão estática:

A concepção do estado iugoslavo sofreu dois grandes colapsos em apenas sete décadas. Esse estado foi criado no processo de desintegração de dois impérios tradicionais (o turco e o austro-húngaro), fazendo fronteira com duas grandes religiões e civilizações (cristã e islâmica), três confissões opostas (católica, ortodoxa e islâmica), na interseção de cinco diferentes regiões culturais. Viver na fronteira entre civilizações, impérios e culturas não somente diferentes entre si, mas também fortemente opostas, resultou na emergência de uma estrutura mental peculiar no povo que pode ser chamada de mentalidade de fronteira: um tipo de mentalidade que vê o estranho e o diferente como uma semente de hostilidade. Esse estado reuniu no interior de suas fronteiras nações de eslavos do Sul etnicamente distintas, as quais não haviam em momento algum da história convivido, mas que, ao contrário, guerrearam umas contra as outras, para o benefício de nações mais poderosas que elas. Jamais no passado foram notadas pela maturidade de sua coexistência, e jamais tiveram sucesso em estabelecer instituições políticas democráticas. Os protagonistas da presente "balcanização" da política demonstraram imaturidade coletiva e falta de disposição para cooperação, relações amigáveis, compreensão mútua e coexistência. Já que as nações em questão não podem ser inteiramente separadas, e tampouco podem suas elites políticas encontrar um modus vivendi racional, a continuação da trágica farsa balcânica de cantar, chorar, atirar e matar [...] parece ser ainda nosso futuro provável (Jaksic, 1996).

É certamente um mérito do autor desta afirmação sua defesa da tolerância e da cooperação entre diferentes grupos etnonacionais, mas sua compreensão unidimensional da "cultura da violência", supostamente gerada pela zona de fronteira, aponta erroneamente para a inevitabilidade do "atirar e matar" sem fim que ele deplora.

iv) Não é por acaso que testemunhamos hoje o ressurgimento do interesse pela geopolítica, a qual parece oferecer parâmetros objetivos a serviço dos agentes de poder. De fato, analisando os recursos humanos, naturais, econômicos e militares à disposição de atores individuais, a geopolítica é usada e abusada tanto por nossos etnocratas e líderes, que a misturam com suas reconstruções historicistas de "*Blut und Boden*"⁴, quanto

Roazen, Paul. *Erik Erikson: The power and limits of vision*. New York: The Free Press, 1976.

Rustow, Dankwart. *A world of nations: Problems of political modernization*. Washington: Brookings Institutions, 1967.

Statisticki Godisnjak Jugoslavije 1918-88 [Anuário estatístico 1918-88]. Beograd: Savezni Zavod za Statistiku, 1988.

Verba, Sidney. "Sequences of development". In: Binder, Leonard (org.). *Crises and sequences of political development*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

(4) Literalmente, "sangue e terra", expressão utilizada pelos nazistas (N. T.).

por atores estrangeiros como um meio de domínio e controle do espaço político balcânico.

"Interesses nacionais", para usar um conceito elaborado por Morgenthau (1987), são supostamente "objetivos", "permanentes", praticamente imutáveis e ditados pela geopolítica, em que a força, os recursos naturais, econômicos, tecnológicos, militares e demográficos, além dos próprios estados-nações, têm um papel central no "jogo das nações". Em resumo, de acordo com essa visão as considerações geopolíticas ditam a política externa de um estado-nação. A geopolítica diz que o jogo é por definição amoral e viciado, e vários dos estados-nações nele incluídos, se não são suficientemente poderosos, devem ser mais argutos e habilidosos que seus rivais. Quando não podem impor seus interesses pela força, devem usar da diplomacia ou agir por meio de terceiros e tentar alcançar seu "interesse nacional" manipulando outros jogadores uns contra os outros. A tática internacional "ziguezagueante" de Milosevic exemplifica tal interpretação da geopolítica, a qual se tornou sua única ideologia e na qual ele usou todos os estratagemas possíveis para continuar jogando e para ganhar um máximo "objetivamente disponível". Milosevic foi, de início, um comunista de linha dura, defendendo a preservação da unidade territorial da Iugoslávia, que ele queria dominar. Em seguida, tornou-se o campeão da causa nacional sérvia, aclamado por todos os nacionalistas sérvios, inclusive aqueles que são hoje seus inimigos, e patrocinou uma guerra utilizando-se de prepostos para esculpir as fronteiras de sua "Grande Sérvia" na Croácia, na Bósnia e na Herzegovina. Investiu fortemente na "solidariedade ortodoxa" com a Rússia e a Grécia. Na França e no Ocidente, fez o jogo de antigas alianças de guerra pelas quais os sérvios sempre foram um aliado precioso e um obstáculo às ameaças fascista e islâmica. Curiosamente, tentou encontrar aliados em Israel e na Armênia, duas "nações mártires" que supostamente compartilhariam com a Sérvia todas as injustiças da pervertida ordem mundial. Quando seu projeto foi abortado pela intervenção da comunidade internacional, ele se tornou ativista da paz, tentando preservar o que ainda fosse possível, enquanto sua mulher, Mirjana Markovic, inaugurou uma organização política, a Esquerda Iugoslava Unida (JUL), cujo objetivo era redecorar com tons social-democratas a imagem desbotada de seu regime. Provavelmente ambos acreditam que, para sobreviver em um cruel mundo darwinista, deve-se ser mais esperto e cruel que os rivais em potencial.

Com esse tipo de "pragmatismo" geopolítico, pareceu mesmo que nossos senhores da guerra estavam mais bem equipados para enfrentar a turbulência da transição do sistema internacional global que muitos cérebros políticos e acadêmicos reputados, mas confundidos por suas anacrônicas teorias da Guerra Fria. Comparados com eles, e despreparados para entender "conflito étnico" e "ressurgimento religioso", os líderes de poderosos países pareceram em alguns momentos pobres amadores. Aparentemente, os primeiros tinham uma espécie de estratégia, enquanto os últimos foram deixados apenas com táticas fragmentárias. Após o fim repentino da

Guerra Fria, nossos senhores da guerra simplesmente usaram o recém-criado vácuo de poder para reunir tanto *Lebensraum*⁵ quanto puderam. Foram guiados por considerações geoestratégicas primitivas que remontam a outra época e correspondem a seu entendimento restrito de relações globais. Fizeram isso em um mundo mudado, no qual o controle físico do espaço e a soberania territorial formal eram menos importantes que o progresso tecnológico, a interpenetração econômica e a circulação livre de capital, mercadorias, mão-de-obra e idéias. Porém, não estavam completamente errados, já que perceberam falhas, descontinuidades, rivalidades e contradições no sistema global que pensaram poder explorar. Tiveram também a expectativa de que sua posição e estatura internacional futura iria depender por fim de localização, tamanho, recursos naturais, potenciais econômicos e humanos e força militar dos territórios que controlassem, e aqui também eles não erraram, porque a hierarquia internacional dos estados-nações é ainda determinada por esses fatores.

(5) Literalmente, "espaço vital" (N. T.).

O paradoxo está em que as elites políticas de estados-nações com industrialização avançada e economicamente poderosos, aqueles que supostamente seriam guiados apenas pela economia política do sistema global que estão construindo, não encontraram políticas de meio-termo para promover e proteger seus interesses no laboratório dos Bálcãs a não ser a de usar técnicas geoestratégicas igualmente anacrônicas — fragmentação territorial com o objetivo de reduzir o peso de unidades territoriais maiores, políticas de dividir para governar, criação de zonas-tampão, estados-tampão e regiões de escape, redefinição de zonas de influência, usando certos estados como "comportas" e outros como bode expiatório, sanções econômicas, coerção política por organizações interestatais, ameaça da força e uso efetivo da força etc. Como resultado, o espaço político dos Bálcãs foi fragmentado: a Iugoslávia explodiu em cinco entidades estatais separadas e internacionalmente reconhecidas; algumas delas, como a Bósnia e a Herzegovina, se subdividiram em unidades étnicas, enquanto outras, como a Iugoslávia remanescente, a Croácia e, possivelmente, a Macedônia, evitaram futuras "regionalizações" internas. O princípio antigo da autodeterminação, entendido aqui como separação étnica e legalizado pela comunidade internacional, teve papel importante em tal balcanização, que possui a sua lógica tanto geoestratégia quanto econômica.

A separação étnica leva a guerras por territórios e a "limpezas étnicas" de massa: o que não foi conseguido por meio da guerra foi alcançado pela definição legal de direitos de cidadania. A geopolítica ensina que unidades de estado menores e mais fracas são mais suscetíveis de ser controladas e dominadas por poderes externos, de se tornar estado-cliente de alguém. Economicamente, unidades (estados) produtivas menores são mais facilmente manipuladas e engolidas por conglomerados econômicos mais poderosos, cujos interesses são defendidos e promovidos pelas respectivas potências industriais. A fragmentação do espaço político significa também a fragmentação de mercados "nacionais", os quais são então subdivididos e

cujos setores mais lucrativos são monopolizados por diferentes companhias estrangeiras. Prosseguir nessas considerações nos levaria a adentrar o domínio da economia política internacional, que é um dos parâmetros exógenos que conformam novas "identidades nacionais", procedimento que, no entanto, vai além do alcance deste ensaio.



Benedict Anderson definiu a nação como "uma comunidade política imaginada — e imaginada como inerentemente limitada e soberana". Para ele, todas as comunidades maiores do que os povoados primordiais em que predominava o contato face a face (e talvez mesmo estes) são imaginadas (Anderson, 1983, p. 13). Se elas são imaginadas, isso significa que são construções históricas, sociais e políticas que podem sempre ser reconstruídas. Eu acrescentaria, com base em minha análise, que elas são ao mesmo tempo um produto do desenvolvimento histórico e a condição prévia para o processo de modernização. Seu surgimento, conformação e consolidação e seu eventual remodelamento, reconstrução e adaptação a novas realidades internas e constrangimentos externos são relativos ao processo acelerado de transição de uma sociedade agrária a uma sociedade industrial de massa. Uma comunidade nacional pode se autodefinir de diversos modos, mas o que quer que dê sua coesão interna representa um estágio inevitável no desenvolvimento humano. A "comunidade imaginada" de Anderson não é portanto artificial ou falsa, mas apenas construída. Em suas palavras,

ela é imaginada porque os membros até mesmo da menor nação jamais conhecerão a maioria dos outros membros, jamais vão encontrá-los ou mesmo ouvir falar sobre eles, embora na mente de cada um deles viva a imagem de sua comunidade (Anderson, 1983, p. 50).

De modo similar, os "artefatos culturais" não são fabricados artificialmente do nada, pois se utilizam do material social e cultural preexistente, rearranjado de outro modo. De acordo com Anderson, eles representam uma "destilação" de forças históricas complexas e têm portanto "profunda legitimidade emocional". Ele fala de "destilação espontânea", mas admite a seguir que algumas nações contemporâneas são versões "pirateadas" de outras mais velhas e, portanto, "imaginadas" de um modo mecânico e derivativo (Anderson, 1983, pp. 78 e 123). Ernst Gellner, por outro lado, argumentou que nações são uma pura invenção do nacionalismo e que não representam o despertar repentino de nações adormecidas para a consciência de si mesmas. Ele afirma que

nações como um modo natural ou divino de classificar os homens, como um destino político inerente porém retardado, são um mito; o nacionalismo às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, outras vezes as inventa ou freqüentemente as oblitera; essa é a realidade, para o bem ou para o mal, e geralmente uma realidade inescapável (Gellner, 1983, pp. 48-49).

De modo similar, Eric Hobsbawm descreveu as nações como criações "conscientes e deliberadas", projetadas para propósitos ideológicos, "exercícios de engenharia social" voltados para a criação de uma continuidade com o passado que é "altamente artificial" (Hobsbawm, 1983, pp. 2-3 e 263). De minha parte, tentei demonstrar aqui que nações são construídas ou inventadas tanto "de cima", pela manipulação da elite, como "de baixo", por meio da percepção ou "imaginação" populares, da ação política de movimentos sociais de massa. No entanto, como foi lembrado por Robert Cox em uma citação anterior (Cox, 1995, p. 35), tais "comunidades imaginadas", quer se goste ou não, são realidades políticas que não podem ser ignoradas. Ademais, cada uma dessas novas entidades estatais que moldam a identidade nacional é um invólucro de poder econômico que, após um período de transição, de turbulência e adaptação (guerras e processos de transição para a economia de mercado e a democracia), supostamente se ajusta melhor ao sistema econômico global. Pelo menos em teoria.

Recebido para publicação em
20 de janeiro de 1997.

Ivan Ivekovic é professor da
Escola de Humanidades e Ciências
Sociais da Universidade
Americana no Cairo, Egito.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 47, março 1997
pp. 39-61
